



Vicariato para Ação Social,
Política & Ecumênica

Arquidiocese de Vitória

MANIFESTAÇÃO DA CPDH CONTRA AÇÃO QUE SUBMETEU ADOLESCENTE SOB AUTORIDADE DO ESTADO A VEXAME E CONSTRANGIMENTO

**“Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus.”
(Mateus 5,9)**

A Comissão de Promoção da Dignidade Humana (CPDH), no seu dever ético, político e cristão de defender a vida, a dignidade humana e denunciar todas as formas de violações de direitos humanos, vem manifestar tristeza, indignação e estarrecimento pela conduta do Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, durante uma operação da Polícia Civil no município de Linhares, região norte do ES, usando colete a prova de balas, farda da polícia civil, ostentando a identificação do cargo nas costas, ao deter um adolescente negro, que segundo a mídia tem 16 anos e foi apreendido supostamente por envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas, em reportagem e vídeo que circulam desde a última sexta-feira, 12/05/2023, na imprensa e redes sociais.

Causa-nos repúdio o Secretário se valer da autoridade e do cargo para, diante das câmeras, ofender e expor um adolescente já inerte e sob sua custódia dirigindo-lhe palavras ofensivas e humilhantes, inclusive palavrões.

Para nós, esse comportamento é inadequado para quem ocupa o cargo de Secretário, visto que legitima a narrativa que vexa e criminaliza adolescentes e jovens pobres e negros, estimulando ações truculentas dos profissionais da segurança pública e potencializando o aumento vertiginoso do preconceito e da violência contra essa população.

Outro aspecto grave nessa ação é o racismo institucional, por se tratar de um agente público que representa o estado e que deveria primar por políticas públicas de melhoria da segurança, enfrentando a estrutura do tráfico, e não institucionalizando práticas de cunho racistas contra adolescente e jovens negros, vitimados por essa estrutura, cotidianamente nas periferias da região metropolitana e também no interior do estado.



Vicariato para Ação Social,
Política & Ecumênica

Arquidiocese de Vitória

Compreendemos que essa ação viola as regras normativas e legislação em vigor e que cabe, em primeiro lugar, ao Estado e seus integrantes respeitar. Assim, esperamos que o Governador do Estado e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos venham a público se manifestar em contraposição ao ocorrido, bem como instamos ao Ministério Público a adotar medidas apuratórias e legais para medidas legais cabíveis.

Alertamos que esse tipo de conduta personalista, que se vale do aparato midiático e do alcance das redes sociais, agride princípios básicos e fortes de direitos humanos, opondo-se ao tipo de segurança pública que buscamos, ou seja, que contribua para uma sociedade justa, pautada nos princípios do respeito à dignidade da pessoa humana.

A paz é fruto do tratamento justo e do respeito à dignidade humana.